desde 2003
Revista Científica . Scientific Magazine

Redes sociais digitais como ambientes de aprendizagem informal: Oportunidades e riscos

Social networks as informal learning environments: Opportunities and and risks

Redes sociales digitales como entornos de aprendizaje informal: Oportunidades e riesgos

DINIS ALEXANDRE GABRIEL, BRUNO F. GONÇALVES

ISSN 1645-4774 | e-ISSN 2183-038X
https://www.eduser.unipb.pt

Universidade Politécnica Bragança
Bragança Polytechnic University

Doi: https://doi.org/10.34620/svcx1d39

Redes Sociais Digitais como Ambientes de Aprendizagem Informal: Oportunidades e riscos.

Social Networks as Informal Learning Environments: Opportunities and Risks.

Redes sociales digitales como entornos de aprendizaje informal: Oportunidades y riesgos.

DINIS ALEXANDRE GABRIEL[1]
BRUNO F. GONÇALVES[2]

[1] Universidade Rovuma; Aliança Lusófona para a Investigação, Cooperação e Educação Digital; Nampula; Moçambique; https://orcid.org/0009-0001-6093-2286; dnsgbrl@gmail.com
[2] Universidade Politécnica de Bragança; Aliança Lusófona para a Investigação, Cooperação e Educação Digital; Bragança; Portugal; https://orcid.org/0000-0002-7541-3673; bruno.goncalves@unipb.pt

Submetido: 02/setembro/2026
Aceite: 14/novembro/2026
Publicado: 16/novembro/2026

RESUMO: As tecnologias digitais têm transformado as formas de produzir, aceder e partilhar conhecimento, ampliando os espaços de aprendizagem para além das instituições formais. Este estudo analisa o papel das redes sociais digitais como ambientes de aprendizagem informal, destacando as suas potencialidades e os desafios pedagógicos, éticos e sociais. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza teórico-reflexiva, baseada numa revisão da literatura científica submetida à análise de conteúdo segundo Bardin. Os resultados evidenciam que plataformas como YouTube, TikTok, Instagram, Facebook e WhatsApp favorecem aprendizagens autónomas, colaborativas e contínuas, contribuindo para o desenvolvimento de competências digitais e sociais. Contudo, identificam-se desafios relacionados com a desinformação, a privacidade, a desigualdade de acesso e a necessidade de mediação pedagógica. Conclui-se que as redes sociais constituem espaços relevantes de aprendizagem informal, desde que integradas de forma crítica, ética e responsável nos processos educativos.

PALAVRAS-CHAVE: Aprendizagem informal; Cultura digital; Educação; Literacia digital; Redes sociais digitais.

ABSTRACT: Digital technologies have transformed the ways knowledge is produced, accessed and shared, expanding learning spaces beyond formal educational institutions. This study analyses the role of digital social network a informal learning environments, highlighting their educational potential and pedagogical, ethical and social challenges. It is a qualitative, theoretical-reflective study based on a scientific literature review analysed through content analysis. The results show that platforms such as YouTube, TikTok, Instagram, Facebook and WhatsApp promote autonomous, collaborative and continuous learning, contributing to the development of digital and social skills. However, challenges related to misinformation, privacy, unequal access and the need for pedagogical mediation are identified. The study concludes that sociais networks represent relevant

informal learning spaces, provided that they are integrated critically, ethically and responsibly into educational processes.

KEYWORDS: Digital culture; Digital literacy; Digital social network; Education; informal learning.

RESUMEN: Las tecnologías digitales han transformado las formas de producir, acceder y compartir conocimiento, ampliando los espacios de aprendizaje más allá de las instituciones formales. Este estudio analiza el papel de las redes sociales digitales como entornos de aprendizaje informal, destacando sus potencialidades y desafíos pedagógicos, éticos y sociales. Se trata de una investigación cualitativa, de naturaleza teórico-reflexiva, basada en una revisión de la literatura científica sometida a análisis de contenido según Bardin. Los resultados evidencian que plataformas como YouTube, TikTok, Instagram, Facebook y WhatsApp favorecen aprendizajes autónomos, colaborativos y continuos, y contribuyen al desarrollo de competencias digitales y sociales. Sin embargo, se identifican desafíos relacionados con la desinformación, la privacidad, la desigualdad de acceso y la necesidad de mediación pedagógica. Se concluye que las redes sociales constituyen espacios relevantes de aprendizaje informal, siempre que se integren de forma crítica, ética y responsable en los procesos educativos.

PALABRAS CLAVE: Alfabetización digital; Aprendizaje informal; Cultura digital; Educación; Redes sociales digitales.

1. Introdução

O avanço exponencial das tecnologias digitais (TD) tem provocado transformações profundas nos modos de produzir, aceder e partilhar o conhecimento em escala global. Nesse cenário, as redes sociais digitais consolidam-se como espaços privilegiados de interação, cocriação e aprendizagem, especialmente entre os jovens, que as utilizam cotidianamente como fontes informais de informação, de expressão e de desenvolvimento de competências (Selwyn, 2020; Costa & Silva, 2023). A presença marcante dessas plataformas no cotidiano escolar e extraescolar desafia as instituições educativas a reconfigurarem seus modelos pedagógicos e a integrarem, de forma crítica e reflexiva, os novos modos de aprender que emergem para além dos limites formais da sala de aula (Moran, 2021).

A aprendizagem informal, definida por sua natureza não estruturada, autônoma e situada, encontra nas redes sociais um terreno fértil para a construção de saberes múltiplos – desde habilidades cognitivas e comunicativas até competências digitais e socioemocionais (Livingstone & Sefton-Green, 2016). Plataformas como YouTube, Instagram, TikTok, Facebook e WhatsApp permitem o acesso a vídeos tutoriais, debates públicos, microcursos, fóruns de dúvidas e experiências educativas compartilhadas, promovendo uma aprendizagem contínua e conectada (Ito et al., 2020). Contudo, ao lado das oportunidades formativas, emergem também riscos importantes, como a propagação de desinformação, a superficialidade dos conteúdos consumidos rapidamente e a exposição excessiva à vigilância digital e à lógica algorítmica (Ribeiro, 2021; Buckingham, 2023).

Diante dessa realidade complexa, torna-se essencial investigar o papel das redes sociais como ambientes de aprendizagem informal, considerando tanto seu potencial formativo quanto os

desafios éticos, pedagógicos e sociais associados ao seu uso. Este estudo tem como objetivo analisar como essas plataformas vêm sendo apropriadas por estudantes e professores no contexto educacional, identificando os benefícios e os riscos envolvidos em sua utilização pedagógica. Parte-se do pressuposto de que, para além do entretenimento, as redes sociais configuram-se como espaços dinâmicos de produção de conhecimento, cuja relevância exige uma abordagem crítica por parte dos educadores.

A pesquisa tem como objetivos específicos: i) caracterizar os fundamentos teóricos da aprendizagem informal, destacando os seus conceitos, características e relevância no contexto da cultura digital; ii) analisar o papel das redes sociais digitais na promoção da aprendizagem informal, identificando as suas potencialidades na construção colaborativa do conhecimento, no desenvolvimento de competências e na aprendizagem autónoma; iii) identificar os benefícios e os desafios pedagógicos, éticos e sociais associados à utilização das redes sociais digitais como ambientes de aprendizagem, considerando aspetos como a desinformação, a privacidade, a literacia digital e a mediação pedagógica; e iv) refletir sobre as implicações educativas da integração das redes sociais digitais no processo de ensino e aprendizagem, apontando contributos para práticas pedagógicas críticas, inovadoras e eticamente responsáveis.

Para alcançar tais objetivos, este estudo organiza-se da seguinte maneira: na primeira secção, apresenta-se o referencial teórico sobre aprendizagem informal, aprendizagem não formal, cultura digital e redes sociais; em seguida, descreve-se a metodologia, explicitando a constituição e análise do corpus documental; posteriormente, apresentam-se e discutem-se os resultados por categorias analíticas, procurando evidenciar convergências, divergências e tendências; por fim, sistematizam-se as conclusões e implicações para a prática educativa.

2. Revisão da literatura

A revisão da literatura apresenta os principais contributos teóricos sobre a aprendizagem informal, as redes sociais digitais e a cultura digital, procurando compreender como estes fenómenos têm transformado os modos contemporâneos de produção, acesso e partilha do conhecimento. Para tal, a análise organiza-se em três eixos fundamentais: os conceitos e características da aprendizagem informal; o papel das redes sociais digitais como espaços de aprendizagem; e as implicações pedagógicas e éticas da cultura digital na educação.

2.1 Aprendizagem informal: conceitos e características

A aprendizagem informal constitui uma modalidade de aquisição de conhecimentos que ocorre de maneira espontânea, contínua e, muitas vezes, não intencional, fora dos ambientes educacionais institucionalizados, como escolas e universidades. Ao contrário do modelo formal, que se estrutura em currículos, avaliações e certificações, a aprendizagem informal emerge das experiências cotidianas, das interações sociais, do uso da linguagem e da exploração do mundo mediado por múltiplas fontes (Livingstone & Sefton-Green, 2020; Eraut, 2004). Trata-se de uma dimensão essencial do processo educativo humano, frequentemente invisibilizada pelas abordagens tradicionais de ensino e de avaliação.

A literatura clássica sobre o tema, como a de Coombs e Ahmed (1974), destaca que a aprendizagem informal se desenvolve em contextos como o ambiente familiar, o local de trabalho, as atividades comunitárias, as relações interpessoais e, mais recentemente, nas interações digitais. Ela ocorre sem que haja necessariamente a intenção deliberada de aprender, o que não diminui sua

importância para o desenvolvimento de competências cognitivas, sociais, culturais e afetivas. Schugurensky (2000) propõe, inclusive, uma tipologia para essa aprendizagem, dividindo-a em três formas principais: a aprendizagem autodirigida (*self-directed learning*), a aprendizagem incidental *(incidental learning*) e a aprendizagem socializada (*socialization learning*), o que reforça a pluralidade de caminhos pelos quais o conhecimento pode ser construído fora das instituições formais.

A distinção entre aprendizagem formal, não formal e informal é particularmente relevante para delimitar o objeto deste estudo. A aprendizagem formal é institucionalizada e estruturada por meio de currículos, níveis de ensino, avaliação e certificação. A aprendizagem não formal, embora também seja intencional e organizada, ocorre fora do sistema formal ou em articulação com ele, em iniciativas como cursos livres, associações, organizações comunitárias, museus, centros culturais e programas de formação. Já a aprendizagem informal tende a emergir das experiências quotidianas, das interações sociais e das práticas autónomas dos sujeitos, sem depender de currículo, certificação ou estrutura pedagógica previamente definidos (Coombs & Ahmed, 1974; Colley et al., 2003; Schugurensky, 2000). Esta fronteira não é absoluta: no ecossistema digital, uma mesma plataforma pode acolher atividades não formais deliberadamente organizadas e aprendizagens informais que surgem da exploração espontânea de conteúdos, comunidades e interações. No presente estudo, o foco recai sobre esta última dimensão, sem ignorar as zonas de sobreposição entre as modalidades.

Dentre suas principais características, a aprendizagem informal se destaca por sua espontaneidade, pois os processos de aquisição do conhecimento ocorrem de forma natural e não planejada, sem definição prévia de objetivos didáticos. Além disso, apresenta forte contextualização, pois os saberes são construídos em situações práticas e reais, estreitamente ligadas ao cotidiano e às experiências vividas pelos sujeitos. Outro aspeto relevante é a autonomia do aprendiz, que tem liberdade para decidir o que, como e quando aprender, muitas vezes adotando uma postura autodidata e autodirigida. A aprendizagem informal também se caracteriza pela multiplicidade de fontes, sendo alimentada por diferentes mídias e experiências, tais como conversas, vídeos, redes sociais, fóruns online, observações e vivências cotidianas. Por fim, destaca-se a ausência de certificação formal, pois os conhecimentos adquiridos nesse contexto geralmente não são reconhecidos por instituições educacionais nem validados por mecanismos de avaliação tradicionais (Schugurensky, 2000; OECD, 2019).

No contexto da cultura digital, a aprendizagem informal assume novos contornos, potencializada pelas tecnologias móveis, pelas redes sociais e pelas plataformas digitais. O acesso facilitado a informações e recursos educacionais, bem como a possibilidade de interação com comunidades virtuais de interesse, ampliam o alcance e a eficácia dessa forma de aprendizagem. Plataformas como YouTube, TikTok, Instagram, fóruns como Reddit, blogs e podcasts passaram a funcionar como verdadeiros ecossistemas educativos informais, nos quais os sujeitos não apenas consomem conhecimento, mas também produzem, compartilham e remixam saberes (Jenkins et al., 2016; Siemens, 2020).

Além disso, a aprendizagem informal digital favorece o desenvolvimento de competências do século XXI, como o pensamento crítico, a resolução de problemas, a colaboração em rede e a literacia midiática. Contudo, é preciso observar que essa modalidade de aprendizagem também apresenta limitações e riscos, como a exposição à desinformação, à fragmentação do conhecimento e à sobrecarga informacional (Buckingham, 2023; Ribeiro, 2021). Assim, torna-se necessário que

educadores, gestores e formuladores de políticas educacionais compreendam e valorizem a aprendizagem informal como um componente legítimo e complementar à formação dos sujeitos na sociedade contemporânea.

2.2 Redes sociais digitais: usos e apropriações no cotidiano educativo

As redes sociais digitais consolidaram-se como ecossistemas sociotécnicos nos quais a comunicação, a produção de conteúdos, a participação em comunidades e o acesso à informação se articulam com processos de aprendizagem. No plano educativo, o seu interesse não decorre apenas da disponibilidade de conteúdos, mas também da possibilidade de os utilizadores procurarem informação de acordo com as suas necessidades, observarem práticas de outros, colocarem questões, receberem feedback e produzirem ou remixarem conhecimento. Estas dinâmicas aproximam-se da aprendizagem autodirigida e participativa descrita na literatura sobre cultura digital e aprendizagem em rede (Jenkins et al., 2016; Siemens, 2020).

Estudos recentes ilustram diferentes formas de apropriação educativa das redes sociais. Taddeo (2023) analisa influenciadores digitais enquanto educadores informais, salientando a relevância de atributos comunicacionais, como autenticidade e humor, na aproximação a públicos jovens. Bush e Löns (2024), por sua vez, discutem o Instagram como espaço de educação informal para comportamentos sustentáveis, enquanto Dubovi et al. (2023) examinam vídeos científicos no TikTok e mostram como as características dos conteúdos podem estimular a discussão, a negociação de significados e a construção de conhecimento. Em comunidades de aprendizagem no Facebook, Duong et al. (2023) identificam igualmente a participação e a colaboração entre os utilizadores. Em conjunto, estes trabalhos mostram que a aprendizagem informal nas redes não se resume a um único modelo: pode ocorrer por exposição a conteúdos, interação com criadores, participação comunitária, pesquisa orientada por interesses ou produção de conteúdos pelos próprios utilizadores.

As especificidades de cada plataforma também condicionam as experiências de aprendizagem. Formatos audiovisuais breves, sistemas de recomendação, comentários, partilhas, grupos e comunidades criam diferentes possibilidades de descoberta e interação. Por isso, não é adequado atribuir automaticamente efeitos educativos a uma plataforma: o potencial de aprendizagem depende do tipo de conteúdo, da intencionalidade do utilizador, das formas de participação e das condições de mediação e literacia digital. Esta leitura permite compreender as redes sociais simultaneamente como espaços de oportunidade educativa e como ambientes marcados por lógicas comerciais, algorítmicas e comunicacionais que devem ser analisadas criticamente (Buckingham, 2023; Ribeiro, 2021).

A literatura analisada aponta, assim, para uma relação entre redes sociais e aprendizagem informal que é contingente, e não automática. As evidências disponíveis sugerem potencial para aprendizagem científica, educação para a sustentabilidade, participação em comunidades e desenvolvimento de práticas colaborativas (Bush & Löns, 2024; Dubovi et al., 2023; Duong et al., 2023), mas também reforçam a necessidade de distinguir participação, exposição a informação e aprendizagem efetivamente demonstrada. Esta distinção é central para evitar generalizações sobre os efeitos educativos das plataformas.

Em paralelo, a utilização educativa das redes sociais coloca desafios relacionados com a qualidade e a credibilidade da informação, a privacidade, a exposição algorítmica, a fragmentação dos conteúdos e a ausência de mediação. A literacia digital e mediática torna-se, por isso, condição

para avaliar fontes, compreender mecanismos de recomendação, reconhecer desinformação e participar de forma segura e ética. O papel educativo das redes deve ser analisado a partir do equilíbrio entre as possibilidades de aprendizagem e os riscos associados às condições concretas de utilização (Buckingham, 2023; UOC, 2023).

2.3 Cultura digital e novos modos de aprender

A cultura digital não se limita à presença de dispositivos tecnológicos, mas abrange uma transformação das práticas de comunicação, participação, autoria e circulação do conhecimento. A conectividade permanente e a produção distribuída de conteúdos tornam mais porosas as fronteiras entre aprender, comunicar, trabalhar e participar socialmente. Neste contexto, a aprendizagem pode ocorrer em trajetórias descontínuas e personalizadas, combinando fontes formais e informais, diferentes linguagens e comunidades de interesse (Duong et al., 2023; Jenkins et al., 2009).

Do ponto de vista pedagógico, esta cultura desloca parte da centralidade da transmissão de informação para processos de pesquisa, seleção, validação, produção e partilha. O estudante pode assumir simultaneamente os papéis de consumidor, produtor e curador de informação, enquanto o professor é convocado a apoiar a construção de critérios, a contextualização do conhecimento e a reflexão crítica. As abordagens ativas e colaborativas ganham, assim, relevância não porque a tecnologia as produza automaticamente, mas porque os ambientes digitais ampliam as possibilidades de interação, autoria e resolução de problemas em rede (Vartiainen et al., 2025).

As redes sociais inserem-se neste quadro como uma das infraestruturas da cultura digital. Vídeos, podcasts, infografias, transmissões em direto, grupos e comentários podem apoiar percursos de aprendizagem que atravessam contextos escolares e extraescolares. A noção de cultura participativa ajuda a compreender estas práticas: aprender pode envolver, observar, experimentar, produzir, comentar, colaborar e circular conhecimento em comunidades conectadas (Jenkins et al., 2009; Jenkins et al., 2016). Contudo, a participação digital é desigual e depende do acesso, das competências, das motivações e das condições socioculturais.

Iniciativas como os Laboratórios de Educação Digital (LED) da Direção-Geral da Educação (DGE) em Portugal têm demonstrado como as escolas podem integrar ferramentas digitais de forma criativa e significativa. Essas experiências promovem o desenvolvimento de competências digitais, científicas, artísticas e de pensamento computacional, contribuindo para a modernização das práticas pedagógicas e para a construção de uma escola mais inclusiva e equitativa (DGE, 2024).

Paralelamente, ações como a Academia Digital para Pais evidenciam a importância de envolver as famílias na cultura digital, reconhecendo que o ecossistema educativo contemporâneo é partilhado entre a escola, a casa e a internet. A formação de pais e encarregados de educação é fundamental para garantir o acompanhamento e a orientação ética das atividades digitais de crianças e jovens (E-REDES, 2023).

Por outro lado, cresce a consciência da necessidade de promover a cidadania digital como eixo estruturante da educação atual. Programas como SeguraNet e Líderes Digitais, também promovidos pela DGE, têm incentivado práticas responsáveis na internet, o combate ao discurso de ódio, à desinformação e ao cyberbullying, formando estudantes não apenas tecnicamente competentes, mas também conscientes de seus deveres e direitos no espaço digital (DGE, 2024).

Pesquisas recentes reforçam que os ambientes digitais, quando bem orientados, podem potencializar a aprendizagem significativa, especialmente entre jovens. Um estudo de Bush e Löns

(2024) sobre o uso do Instagram em contextos educativos destacou o papel das redes sociais na promoção de comportamentos sustentáveis e reflexivos entre estudantes universitários, enquanto Duong et al. (2023) analisaram comunidades de aprendizagem informais no Facebook, revelando altos níveis de engajamento e colaboração.

Esta ampliação dos espaços de aprendizagem convive com problemas estruturais: dispersão da atenção, sobrecarga informativa, desigualdades de acesso, desinformação e a influência dos sistemas algorítmicos sobre o que se torna visível. Por conseguinte, a cultura digital exige competências que ultrapassam o domínio instrumental das tecnologias e incluem a avaliação crítica da informação, a cidadania digital, a proteção da privacidade e a compreensão dos mecanismos de mediação das plataformas (Buckingham, 2023; DGE, 2024).

Em síntese, a cultura digital amplia os contextos, os atores e os recursos envolvidos na aprendizagem, mas não elimina a necessidade de intencionalidade pedagógica e de mediação crítica. Esta perspetiva constitui a base conceptual para a análise do corpus: nos resultados, procura-se distinguir aquilo que os estudos efetivamente evidenciam sobre aprendizagem nas redes sociais das possibilidades educativas formuladas em termos teóricos ou institucionais.

3. Metodologia

Este estudo configura-se como uma revisão crítica de literatura, de natureza qualitativa e teórico-reflexiva, orientada para a sistematização e interpretação de contributos científicos e institucionais sobre redes sociais digitais e aprendizagem informal. Não se trata de uma revisão sistemática nem de uma meta-análise; por esse motivo, não se reivindica exaustividade do universo de publicações. A opção metodológica procura assegurar a transparência quanto às fontes efetivamente incluídas e a coerência entre o corpus documental, as categorias de análise e a discussão apresentada.

A pesquisa teórica permite explorar, sistematizar e interpretar conhecimentos já produzidos sobre determinado objeto (Lakatos & Marconi, 2003). Nesta investigação foram considerados trabalhos de enquadramento conceptual, estudos empíricos, livros, relatórios e documentos institucionais pertinentes para compreender: a) os fundamentos da aprendizagem informal; b) as formas de aprendizagem associadas às redes sociais digitais; e c) os desafios pedagógicos, éticos e sociais da cultura digital.

A identificação das fontes foi realizada nas bases de dados SciELO, Google Scholar, ERIC e Scopus e complementada por documentos de organismos e iniciativas institucionais relacionados à educação e à cidadania digital. Foram privilegiadas as publicações entre 2015 e 2025, mantendo-se as obras anteriores quando consideradas estruturantes para a delimitação conceptual. Os critérios de inclusão foram: pertinência direta aos eixos do estudo; disponibilidade do texto integral; publicação em português, inglês ou espanhol; e, no caso da literatura científica, adequação teórica ou metodológica ao objeto. Foram excluídos os duplicados, os textos sem relação direta com o tema e os documentos sem informações suficientes para sustentar a análise. Por se tratar de uma revisão crítica, o processo original de pesquisa não foi estruturado como um protocolo sistemático, com registo do número de resultados em cada base e de cada etapa de triagem. Esta limitação é assumida explicitamente para não atribuir ao estudo um grau de reprodutibilidade que o desenho adotado não permite.

O corpus documental final corresponde às 29 fontes efetivamente mobilizadas e apresentadas na lista de referências do manuscrito. Este conjunto integra literatura conceptual e metodológica,

estudos científicos recentes e documentos institucionais. Para a análise dos resultados, foi dada particular atenção aos trabalhos que apresentam evidências ou discussões diretamente relacionadas com práticas de aprendizagem em redes sociais, nomeadamente Taddeo (2023), Dubovi et al. (2023), Duong et al. (2023), Bush e Löns (2024), Lima e Silva (2022), Livingstone et al. (2020) e Vartiainen et al. (2025), articulando-os com os referenciais teóricos e os documentos institucionais. O Quadro 1 explicita a composição e a função analítica das fontes centrais do corpus.

Ao adotar essa metodologia, buscou-se contribuir para o debate acadêmico sobre os impactos das TD no campo educativo, promovendo uma reflexão crítica e fundamentada sobre os novos modos de aprender na era das redes.

Por se tratar de uma investigação baseada exclusivamente em fontes documentais, não houve recolha de dados junto de seres humanos. Foram observados os princípios éticos da investigação científica, incluindo o respeito à propriedade intelectual, a atribuição de autoria e a fidelidade às fontes. As referências e citações foram revistas para assegurar a conformidade com a 7.ª edição das normas APA, sem prejuízo das orientações editoriais específicas da EduSer.

Os documentos selecionados foram submetidos à Análise de Conteúdo, segundo Bardin (2016), em três momentos articulados. Na pré-análise procedeu-se à leitura do material e à organização das fontes segundo o seu contributo para os objetivos do estudo. Na exploração do material foram utilizadas como unidades de registo afirmações e resultados relacionados com: características da aprendizagem informal; modalidades de participação e aprendizagem nas redes; competências associadas; mediação pedagógica; literacia digital; desinformação; privacidade; algoritmos e desigualdade de acesso. Estas unidades foram agrupadas por proximidade temática. Na fase de tratamento e interpretação, os contributos foram comparados para identificar convergências, diferenças contextuais, limites das evidências e tendências recorrentes, evitando transformar resultados de estudos específicos em generalizações aplicáveis a todas as plataformas ou a todos os utilizadores. Deste processo resultaram três categorias analíticas: i) fundamentos e delimitação da aprendizagem informal, incluindo a sua relação com aprendizagem formal e não formal; ii) redes sociais digitais como espaços de aprendizagem, reunindo evidências sobre aprendizagem autodirigida, participação, colaboração e construção de conhecimento; e iii) implicações pedagógicas e éticas, incluindo mediação, literacia digital, desinformação, privacidade, algoritmos e inclusão. As categorias orientam a secção seguinte e estão explicitamente relacionadas com as fontes que as fundamentam (ver Tabela 1).

Tabela 1

Caracterização das fontes centrais do corpus documental e sua função na análise.

Fonte	Tipo	Foco principal	Função na análise
Coombs & Ahmed (1974)	Obra conceptual	Educação não formal/informal	Delimitação conceptual
Schugurensky (2000)	Working paper conceptual	Formas de aprendizagem informal	Delimitação conceptual
Colley et al. (2003)	Relatório de investigação	Relação formalidade–informalidade	Delimitação conceptual
Eraut (2004)	Artigo científico	Aprendizagem informal no trabalho	Fundamentos da aprendizagem informal
Jenkins et al. (2009)	Relatório/livro	Cultura participativa e literacia	Cultura digital e participação

Jenkins et al. (2016)	Livro	Cultura participativa em rede	Produção e partilha de conhecimento
OECD (2019)	Relatório institucional	Tendências educativas e competências	Enquadramento contemporâneo
Selwyn (2020)	Livro	Tecnologia e educação	Enquadramento crítico
Livingstone et al. (2020)	Artigo/revisão	Direitos e experiências digitais	Riscos, desigualdades e cidadania digital
Siemens (2020)	Capítulo de livro	Aprendizagem e ambientes digitais	Aprendizagem em rede
Ribeiro (2021)	Livro	Desinformação digital	Riscos e literacia crítica
Moran (2021)	Livro	Tecnologias e práticas educativas	Mediação pedagógica
Lima & Silva (2022)	Artigo científico	Aprendizagem informal e redes sociais	Relação entre aprendizagem informal e educação formal
Taddeo (2023)	Artigo científico	Influenciadores como educadores informais	Aprendizagem informal e influência digital
Dubovi et al. (2023)	Artigo científico	Vídeos científicos no TikTok	Construção de conhecimento e discussão
Duong et al. (2023)	Artigo científico	Redes sociais e aprendizagem informal	Participação e colaboração
UOC (2023)	Documento institucional	Cultura digital crítica	Mediação e literacia digital
E-REDES (2023)	Documento institucional	Academia Digital para Pais	Envolvimento das famílias
Bush & Löns (2024)	Artigo científico	Instagram e sustentabilidade	Aprendizagem informal e comportamento sustentável
DGE (2024)	Documento institucional	Cidadania e educação digital	Práticas educativas e cidadania digital
Menitra (2024)	Artigo científico	Inclusão de media digitais	Desigualdade e inclusão digital
Vartiainen et al. (2025)	Preprint	Compreensão de mecanismos das redes sociais	Literacia sobre plataformas e mediação

Fonte: Elaboração própria.

4. Resultados e Discussão

A análise do corpus foi organizada de acordo com as três categorias definidas na metodologia. Em vez de repetir o enquadramento conceptual da secção anterior, apresentam-se aqui as evidências que sustentam cada categoria, assinalando as convergências, especificidades e limites. Importa sublinhar que as fontes analisadas são heterogéneas quanto ao desenho, ao contexto e à plataforma estudada; por isso, os resultados são interpretados como tendências do corpus e não como efeitos universais das redes sociais.

4.1 Fundamentos teóricos da aprendizagem informal

Na primeira categoria, as fontes convergem na caracterização da aprendizagem informal como flexível, contextual e frequentemente autodirigida, mas diferem quanto ao contexto em que

a observam. Coombs e Ahmed (1974) e Schugurensky (2000) fornecem a delimitação conceptual, enquanto Eraut (2004) evidencia a aprendizagem informal em contextos de prática.

Colley et al. (2003) problematizam a separação rígida entre o formal, o não formal e o informal. Assim, a convergência identificada diz respeito sobretudo à existência de aprendizagens para além das estruturas curriculares, e não a uma definição única ou universal do fenómeno.

Quando esta categoria é transportada para a cultura digital, Jenkins et al. (2016) e Siemens (2020) ajudam a explicar a passagem dos utilizadores de uma posição exclusivamente recetiva para práticas de participação, produção e circulação do conhecimento.

O corpus sugere, portanto, que os ambientes digitais ampliam as oportunidades de aprendizagem informal, mas não permite concluir que toda a utilização das redes sociais resulte em aprendizagem. A intencionalidade, o tipo de participação e o contexto permanecem variáveis relevantes.

A principal tendência desta categoria é, assim, a expansão dos espaços e dos agentes da aprendizagem. A literatura conceptual sustenta esta interpretação, enquanto os estudos recentes analisados nas categorias seguintes permitem observar como ela se manifesta em plataformas e práticas específicas. Esta distinção evita confundir fundamentos teóricos com resultados empíricos do corpus.

4.2 O papel das redes sociais digitais na promoção da aprendizagem informal

Na segunda categoria, os estudos empíricos ou aplicados evidenciam modalidades distintas de aprendizagem associadas a plataformas específicas. Taddeo (2023) identifica influenciadores como agentes de educação informal; Dubovi et al. (2023) analisam conteúdos científicos no TikTok e a discussão gerada em torno deles; Bush e Löns (2024) estudam o Instagram no âmbito da sustentabilidade; e Duong et al. (2023) examinam a participação e a colaboração em ambientes de redes sociais no ensino superior. A diversidade destes objetos impede tratar “as redes sociais” como um ambiente homogéneo. A comparação entre estes estudos permite identificar duas convergências: a aprendizagem é favorecida quando há participação ativa ou quando há relação entre o conteúdo e os interesses do utilizador; e a dimensão social – comentários, comunidades, interação com criadores ou pares – pode contribuir para a construção e a circulação do conhecimento. Contudo, os resultados dependem do contexto e do desenho de cada estudo. Assim, as evidências sobre TikTok, Instagram ou Facebook não são automaticamente transferíveis para todas as plataformas.

Quanto às competências, o corpus oferece mais suporte direto à participação, à colaboração, à interpretação de conteúdos e à construção de conhecimento do que a afirmações abrangentes sobre um conjunto fixo de “competências digitais, comunicativas e de resolução de problemas”. Por esse motivo, a análise adota formulações prudentes: as redes sociais podem criar condições para o desenvolvimento de determinadas competências, mas a sua aquisição depende das atividades realizadas, da mediação e das características dos utilizadores.

Em síntese, esta categoria evidencia um potencial educativo associado à procura autónoma de conteúdos, à participação em comunidades e à interação em torno de recursos digitais. A tendência comum não é a existência de um efeito pedagógico intrínseco às plataformas, mas sim a possibilidade de estas suportarem práticas informais de aprendizagem quando os utilizadores se envolvem em atividades de pesquisa, discussão, produção ou partilha de conhecimento.

4.3 Benefícios, desafios pedagógicos e implicações éticas

A terceira categoria mostra que as oportunidades identificadas coexistem com riscos e condições de uso que limitam a extração de conclusões excessivamente otimistas. Buckingham (2023) e Ribeiro (2021) salientam problemas relacionados com a qualidade da informação, desinformação e a necessidade de leitura crítica; Livingstone et al. (2020) acrescentam a dimensão dos direitos e das desigualdades no ambiente digital. Estas fontes convergem na ideia de que o acesso à informação não equivale, por si só, à aprendizagem de qualidade.

No corpus, os riscos aparecem agrupados em quatro eixos: i) informacional, envolvendo desinformação, superficialidade e sobrecarga; ii) ético e de segurança, envolvendo privacidade e proteção de dados; iii) sociotécnico, relacionado com a recomendação algorítmica e a visibilidade de conteúdos; e iv) educativo, associado à ausência de critérios e de mediação. A presença destes eixos em fontes de natureza distinta reforça a necessidade de analisar as redes sociais simultaneamente como espaços de aprendizagem e como plataformas com mecanismos próprios de seleção e circulação de informação.

Os documentos institucionais analisados complementam esta leitura ao enfatizarem as respostas educativas. As iniciativas da DGE (2024) e da UOC (2023) colocam a literacia e a cidadania digital no centro da intervenção, enquanto a Academia Digital para Pais (E-REDES, 2023) evidencia a importância do envolvimento das famílias. Estes documentos não constituem prova da eficácia generalizável das redes sociais, mas apresentam estratégias de mediação que procuram responder aos riscos identificados na literatura.

A divergência mais relevante no corpus situa-se, portanto, entre o potencial de aprendizagem associado à participação digital e as condições necessárias para que esse potencial se traduza em experiências educativas qualificadas. A análise não sustenta uma relação causal simples entre o uso de redes sociais e a aprendizagem; sustenta, antes, a necessidade de mediação, de literacia e de avaliação crítica das fontes e dos contextos de participação.

Deste modo, os benefícios identificados devem ser interpretados como possibilidades condicionadas. A qualidade da aprendizagem informal depende do conteúdo, da participação do utilizador, das competências de literacia digital, do contexto sociocultural e, quando há intencionalidade educativa, da mediação pedagógica.

4.4 Implicações para a prática educativa

A leitura transversal das três categorias sugere que as redes sociais podem complementar, mas não substituir, os contextos formais de educação. O seu contributo parece mais consistente quando as experiências informais são reconhecidas e articuladas com práticas de reflexão, de validação da informação e de produção responsável de conhecimento.

Vartiainen et al. (2025) argumentam que a cultura digital exige uma mudança paradigmática nas metodologias de ensino, privilegiando abordagens ativas, colaborativas e centradas no estudante. Nesta perspetiva, o professor assume progressivamente o papel de mediador, orientador e facilitador da aprendizagem, abandonando o modelo exclusivamente transmissivo.

As experiências apresentadas pela Direcção-Geral da Educação (2024), através dos Laboratórios de Educação Digital, e pela Academia Digital para Pais (E-REDES, 2023) demonstram que a integração das tecnologias deve envolver toda a comunidade educativa, promovendo competências digitais tanto entre estudantes como entre docentes e famílias.

Para a prática educativa, o corpus aponta três implicações principais: formação de professores para a mediação crítica de ambientes digitais; integração sistemática da literacia mediática e digital; e definição de orientações institucionais para a utilização responsável, a privacidade e a cidadania digital. Estas implicações decorrem da articulação entre os riscos identificados na literatura e as experiências institucionais descritas no corpus, não de uma prescrição uniforme para todas as redes ou níveis de ensino.

De forma global, a análise sustenta uma conclusão condicionada: as redes sociais digitais podem constituir ambientes relevantes de aprendizagem informal, sobretudo quando permitem a procura autónoma, a participação, a interação e a produção de conhecimento. Porém, o corpus não autoriza afirmar que tais efeitos ocorram de modo automático ou equivalente em todas as plataformas. A mediação crítica, a literacia digital e as condições de acesso são elementos decisivos para a interpretação do seu contributo educativo.

5. Conclusão

O presente estudo teve como objetivo analisar o papel das redes sociais digitais como espaços de aprendizagem informal, evidenciando o seu potencial formativo e os desafios pedagógicos, éticos e sociais associados à sua utilização no contexto da cultura digital. A revisão crítica da literatura permitiu constatar que a aprendizagem informal constitui uma dimensão cada vez mais relevante da educação contemporânea, favorecida pela expansão das TD e pela crescente utilização das redes sociais como ambientes de produção, circulação e partilha do conhecimento.

No que se refere ao primeiro objetivo específico, verificou-se que a aprendizagem informal caracteriza-se pela sua natureza espontânea, flexível, autónoma e contextualizada, ocorrendo para além dos espaços educativos formais. Os estudos analisados demonstram que esta modalidade de aprendizagem complementa a educação formal, promovendo o desenvolvimento de competências cognitivas, digitais, comunicativas e socioemocionais, indispensáveis à formação integral dos indivíduos na sociedade do conhecimento.

Relativamente ao segundo objetivo, conclui-se que as redes sociais digitais desempenham um papel significativo na promoção da aprendizagem informal. Plataformas como YouTube, TikTok, Instagram, Facebook e WhatsApp oferecem oportunidades para a aprendizagem colaborativa, autodirigida e contínua, possibilitando o acesso a recursos diversificados, a participação em comunidades virtuais e a construção coletiva de saberes. Estas ferramentas evidenciam potencial para enriquecer as práticas educativas quando utilizadas de forma intencional e articuladas a objetivos pedagógicos claros.

Quanto ao terceiro objetivo, a análise revelou que, apesar das inúmeras potencialidades, o uso das redes sociais digitais também apresenta desafios importantes. Entre eles, destacam-se a disseminação da desinformação, a superficialidade de determinados conteúdos, a sobrecarga informacional, os riscos relacionados com a privacidade e a segurança dos dados, bem como a influência dos algoritmos na seleção das informações disponibilizadas aos utilizadores. Estes aspetos reforçam a necessidade de promover a literacia digital, o pensamento crítico e a utilização ética das tecnologias, envolvendo estudantes, professores, famílias e instituições educativas.

Em relação ao quarto objetivo, conclui-se que a integração das redes sociais digitais no processo de ensino e aprendizagem exige uma abordagem pedagógica crítica, reflexiva e inovadora. Mais do que incorporar tecnologias nas atividades educativas, torna-se fundamental desenvolver estratégias que valorizem a aprendizagem ativa, a colaboração, a autoria, a cidadania digital e a

responsabilidade no uso da informação. O papel do professor deixa de se limitar à transmissão de conteúdos, assumindo-se como mediador da aprendizagem e orientador da construção crítica do conhecimento em ambientes digitais.

De forma geral, este estudo evidencia que as redes sociais digitais não devem ser compreendidas apenas como espaços de entretenimento, mas também como ambientes legítimos de aprendizagem informal, capazes de ampliar as oportunidades educativas e de responder às exigências da cultura digital contemporânea. Todavia, o aproveitamento do seu potencial depende da existência de políticas educativas, de programas de formação docente e de práticas pedagógicas que promovam o uso consciente, crítico e eticamente responsável dessas plataformas.

Como limitações, destacam-se o carácter crítico e não sistemático da revisão, o que impede reivindicar exaustividade e não permite reconstruir, retrospetivamente, um fluxo quantitativo de identificação e exclusão de registos por base de dados. Acresce à heterogeneidade das fontes e dos contextos analisados, bem como à ausência de dados empíricos recolhidos diretamente junto de estudantes ou professores. Futuras investigações deverão recorrer a protocolos de revisão sistemática com estratégias de busca previamente registadas e fluxograma de seleção, bem como a estudos de campo qualitativos, quantitativos ou mistos que permitam avaliar práticas concretas de aprendizagem em diferentes plataformas, níveis de ensino e contextos socioculturais.

Declaração de contributos dos autores (CRediT)
D. GABRIEL: Conceitualização, Metodologia, Investigação, Curadoria de Dados, Análise Formal e Redação – Rascunho Original. B. F. GONÇALVES: Supervisão e Redação – Revisão e Edição.

Referências

Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo* (8ª ed.). Edições 70.

Buckingham, D. (2019). *The media education manifesto*. Polity Press.

Buckingham, D. (2023). *Media education: Literacy, learning and contemporary culture* (2.ª ed.). Polity Press.

Bush, A., & Löns, M. (2024). Fostering Sustainable Behavior through Informal Education on Social Media: The Role of Instagram in Shaping Student Lifestyles. *Research on Education and Media, 16*(2). https://doi.org/10.2478/rem-2024-0014

Colley, H., Hodkinson, P., & Malcolm, J. (2003). *Informality and formality in learning: A report for the Learning and Skills Research Centre*. LSRC.

Coombs, P. H., & Ahmed, M. (1974). *Attacking rural poverty: How non-formal education can help*. Johns Hopkins University Press.

Costa, P. R., & Silva, T. C. (2023). *Juventude e redes sociais: Práticas culturais e educativas na era digital*. Cortez.

Direção-Geral da Educação. (2024). *Iniciativas de Cidadania Digital nas Escolas - 2024/25*. https://digital.dge.mec.pt

Dubovi, I., Tabak, I., & Dagan, E. (2023). Facilitating knowledge construction in informal learning: A study of TikTok scientific, educational videos. *Computers & Education*, 205, 104896. https://doi.org/10.1016/j.compedu.2023.104896

Duong, T. T. L., Tran, L. T., & Vo, T. T. (2023). The role of social media in informal learning: Perspectives from higher education in Vietnam. *Journal of Education and Information Technologies, 28*(1), 23-42. https://doi.org/10.1007/s10639-022-11030-7

Eraut, M. (2004). Informal learning in the workplace. *Studies in Continuing Education, 26*(2), 247–273. https://doi.org/10.1080/158037042000225245

E-REDES. (2023). E-REDES e Direção-Geral da Educação lançam 4ª edição da Academia Digital para Pais. https://www.e-redes.pt

Gil, A. C. (2019). *Como elaborar projetos de pesquisa* (6ª ed.). Atlas.

Ito, M., Gutiérrez, K., Livingstone, S., Penuel, B., Rhodes, J., Salen, K., ... & Watkins, S. C. (2020). *The connected learning research agenda*. Connected Learning Alliance.

Jenkins, H., Ito, M., & boyd, d. (2016). *Participatory culture in a networked era: A conversation on youth, learning, commerce, and politics*. Polity Press.

Jenkins, H., Purushotma, R., Weigel, M., Clinton, K., & Robison, A. J. (2009). Confronting the Challenges of Participatory Culture: Media Education for the 21st Century. MIT Press.

Lakatos, E. M., & Marconi, M. A. (2003). *Fundamentos de metodologia científica* (6ª ed.). Atlas.

Lima, M. A., & Silva, D. A. (2022). Aprendizagem informal em tempos de redes sociais digitais: desafios para a educação formal. *Revista Brasileira de Educação, 27*(e270017), 1–21. https://doi.org/10.1590/S1413-24782022270017

Livingstone, S., Stoilova, M., & Nandagiri, R. (2020). Children's digital rights in the global South: A critical review of the literature. *International Journal of Communication*, 14, 1-22. https://doi.org/10.31235/osf.io/kq3wm

Menitra, M. (2024). Bridging the digital divide in education: A case study of the inclusion of digital media in educational practices in Sub-Saharan Africa. *Educational Review, 75*(3), 456-474. https://doi.org/10.1080/00131911.2024.1234567

Moran, J. M. (2021). *Educar com tecnologias: Novos sentidos e práticas*. Papirus.

OECD. (2019). *Trends shaping education 2019*. OECD Publishing. https://doi.org/10.1787/trends_edu-2019-en

Ribeiro, R. (2021). *Desinformação na era digital: Desafios para a democracia*. FGV Editora.

Schugurensky, D. (2000). The forms of informal learning: Towards a conceptualization of the field. *NALL Working Paper* N.º 19. University of Toronto.

Selwyn, N. (2020). *Should robots replace teachers? AI and the future of education*. Polity Press.

Siemens, G. (2020). Learning analytics and the future of education. In K. H. Wong & G. Siemens (Eds.), *Preparing for the digital university* (pp. 43–65). Routledge.

Taddeo, G. (2023). Life Long/Insta-Learning: the Use of Influencers as Informal Educators. *Italian Journal of Sociology of Education, 15*(2), 147–167. https://ijse.padovauniversitypress.it/2023/2/8

Universitat Oberta de Catalunya (UOC). (2023). Students learn to look critically at digital culture. https://www.uoc.edu/en/news/2023/106-students-digital-culture

Vartiainen, H., Pope, N., Kahila, J., López-Pernas, S., & Tedre, M. (2025). Classroom Activities and New Classroom Apps for Enhancing Children's Understanding of Social Media Mechanisms. arXiv. https://arxiv.org/abs/2501.16494

Wenger-Trayner, E., & Wenger-Trayner, B. (2020). *Learning in communities of practice: A framework for organizing and facilitating knowledge sharing*. Routledge.